



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº : 11041.000279/2001-51
Recurso nº. : 141.007
Matéria : IRPJ e OUTROS/SIMPLES – EX(S).: 1998 a 2001
Recorrente : CYPRIANO VAZ LACERDA NETO (FIRMA INDIVIDUAL)
Recorrida : 2ª TURMA/DRJ em SANTA MARIA/RS
Sessão de : 13 DE ABRIL DE 2005
Acórdão nº. : 105-15.024

SIMPLES - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO - Procede a imputação de omissão de receita quando a pessoa jurídica, devidamente intimada, não comprovar, com documentação hábil e idônea, coincidente em datas e valores, a origem e a efetiva entrega dos suprimentos à empresa efetuados por titular da empresa individual.

OMISSÃO DE RECEITA - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Procede a imputação de omissão de receita relativa aos valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

OMISSÃO DE RECEITA - PAGAMENTOS EFETUADOS - FALTA DE ESCRITURAÇÃO - A falta de escrituração de pagamentos efetuados caracteriza-se como omissão de registro de receita, quando o contribuinte, regularmente intimado, não faz prova da improcedência dessa presunção.

SIMPLES - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO - A verificação de diferença na base de cálculo ou insuficiência de recolhimento do imposto pela sistemática do SIMPLES constitui infração que autoriza a lavratura do competente auto de infração, para a constituição do crédito tributário.

LANÇAMENTOS DECORRENTES - PIS, CSLL, COFINS, e CSS-INSS - Dada a íntima relação de causa e efeito, aplica-se aos lançamentos reflexos o decidido no principal.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso voluntário interposto por CYPRIANO VAZ LACERDA NETO (FIRMA INDIVIDUAL).

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NEGAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

JOSE CLÓVIS ALVES
PRESIDENTE

IRINEU BIANCHI
RELATOR

FORMALIZADO EM: 24 MAI 2005

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NADJA RODRIGUES ROMERO, ADRIANA GOMES REGO, FERNANDO AMÉRICO WALTHER (Suplente convocado), EDUARDO DA ROCHA SCHMIDT e JOSÉ CARLOS PASSUELLO. Ausentes momentaneamente o Conselheiro DANIEL SAHAGOFF.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51

Acórdão nº. : 105-15.024

Recurso nº. : 141.007

Recorrente : CYPRIANO VAZ LACERDA NETO (FIRMA INDIVIDUAL)

R E L A T Ó R I O

O relatório da decisão recorrida tem o seguinte teor:

"Versa o presente processo sobre Autos de Infração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – SIMPLES – IRPJ-S), Programa de Integração Social – SIMPLES (PIS-S), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – SIMPLES (CSLL-S), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – SIMPLES – (COFINS-S) e Contribuição para a Seguridade Social – INSS – SIMPLES – (CSS-INSS-S), às fls. 03 a 48, pelos quais é exigido da empresa em epígrafe crédito tributário no valor total de R\$ 47.887,49 (discriminado à fl. 02), inclusos os acréscimos legais.

"Nesses Autos de Infração consta que a atuação, em síntese, decorre de receitas não escrituradas, suprimento de numerário, depósitos bancários não escriturados, pagamentos efetuados com recursos estranhos à escrituração e insuficiência de recolhimento.

"Em relação às receitas não escrituradas (item 1 do auto de infração) consta o seguinte:

Nos meses de janeiro, julho e outubro de 1999 o contribuinte deixou de contabilizar parte de sua receita com vendas de mercadorias, conforme livro de registro de saídas às folhas 171 a 177 e declaração simplificada à folha 98. Também deixou de contabilizar as receitas oriundas da prestação de serviços no ano de 1997 e dos meses de maio e novembro de 1998, conforme livro registro de prestação de serviços às folhas 154 a 170 (fl. 52).

"Quanto aos suprimentos de numerário, a infração encontra-se descrita no item I à folha 51, como segue:

Conforme descrito no item 7 deste relatório, o contribuinte registrou em seu livro caixa várias operações de empréstimos do



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

titular (suprimentos de numerário). O contribuinte foi intimado a comprovar a efetiva entrada dos recursos na empresa. Em sua resposta à folha 137 o contribuinte nada comprovou sobre referidos suprimentos.

"A infração relativa aos depósitos bancários não escriturados o autuante diz que está descrita no item II à folha 52, onde consta o seguinte:

Conforme descrito no item 12 deste relatório, o contribuinte deixou à margem de sua escrituração depósitos bancários mantidos em instituições financeiras, conforme planilhas às folhas 141 a 144. Destaca que essas contas são em nome da Pessoa Jurídica. Intimada a comprovar a origem desses depósitos que excederam ao seu faturamento mensal, o contribuinte argumentou que os valores tiveram origem num empréstimo, mas não apresentou documentos que comprovassem tais argumentos.

"A infração seguinte, ou seja, pagamentos efetuados com recursos estranhos à escrituração foi referida no item III à folha 52, nos seguintes termos:

Conforme descrito nos itens 10 e 11 deste relatório, o contribuinte deixou de escriturar pagamentos efetuados a seus fornecedores. Intimado a comprovar a origem dos recursos utilizados alegou que o dinheiro teve origem num empréstimo, mas não comprovou tal operação.

"A última incidência apontada no auto de infração, ou seja, insuficiência de recolhimento, encontra-se devidamente quantificada no "Demonstrativo de Apuração dos valores não Recolhidos" (fls. 53 a 64).

"Cientificada dos lançamentos em 13/07/2001, a interessada apresentou sua impugnação em 10/08/2001, às fls. 181 a 194, com os documentos anexos de fls. 195/196, dizendo em síntese, que seu faturamento bruto sempre esteve em patamar compatível com a condição de microempresa, não procedendo os percentuais utilizados no Auto de Infração, apresentando demonstrativos tendentes a confirmar sua versão.

"Disse que o fato de haver suprimento de numerário não permite afirmar, imediatamente, a existência de "omissão de receita", fato que teria que estar



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

comprovado através de outros fatos ou documentos inequívocos.

"Destacou que, por tratar-se de firma individual o patrimônio do titular constitui uma unidade, inseparável; reconhecendo que os suprimentos não foram adequadamente instrumentalizados através de contrato e que os registros contábeis deveriam ser considerados;

"Afirmou também que o fato da soma dos depósitos bancários superar o valor do faturamento permite deduzir ou presumir diferentes coisas: a) como a conta é em nome da pessoa natural, pode acontecer que os depósitos não digam respeito à atividade comercial exercida; b) pode haver duplicidade de registros (cheque de uma conta depositada em outro Banco, ou saque do Banco para suprimento do caixa e então novamente depositado.

"Citou jurisprudência administrativa cujas ementas são no sentido de julgar improcedente o lançamento baseado em depósitos bancários.

"Não contestou o fato de existirem pagamentos de duplicatas que não foram lançados no livro caixa; argumentou, no entanto, que esses pagamentos só deveriam ser tributados na hipótese em que, se estivessem registrados, resultasse saldo credor de caixa.

"Argumentou ainda que a fiscalização ao tributar diversas infrações como omissão de receita está tributando o mesmo fato em duplicidade, punindo duas vezes o mesmo fato; nesse sentido argumenta que a omissão de receitas caracterizada por receitas não escrituradas deve ser excluída pela outra infração, ou seja, pela omissão de receita caracterizada por pagamentos efetuados com recursos estranhos à escrituração, sob pena de haver bi-tributação.

"Disse também que sendo tributados os valores a título de omissão de receita caracterizada por suprimento de numerário, no montante de R\$ 64.409,37, não poderia ter sido tributada em sua integralidade, os valores apurados a título de omissão de receita por depósitos bancários não escriturados.

"Apresentou demonstrativos do que entende sejam os valores devidos,



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

por não impugnados, relativos à omissão de receita (receitas não escrituradas), conforme item I do auto de infração, indicando os valores impugnados aqueles que aceita como procedentes.

"Requereu a improcedência da exigência na parte impugnada.

A Segunda Turma Julgadora da DRJ/Santa Maria/RS, através do Acórdão nº 2.063 (fls. 198/207, julgou procedentes os lançamentos, apresentando-se assim ementado:

SIMPLES - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO - Procede a imputação de omissão de receita quando a pessoa jurídica, devidamente intimada, não comprovar, com documentação hábil e idônea, coincidente em datas e valores, a origem e a efetiva entrega dos suprimentos à empresa efetuados por titular da empresa individual.

OMISSÃO DE RECEITA - DEPÓSITOS BANCÁRIOS - Procede a imputação de omissão de receita relativa aos valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto a instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

OMISSÃO DE RECEITA - PAGAMENTOS EFETUADOS - FALTA DE ESCRITURAÇÃO - A falta de escrituração de pagamentos efetuados caracteriza-se como omissão de registro de receita, quando o contribuinte, regularmente intimado, não prova da improcedência dessa presunção.

SIMPLES - INSUFICIÊNCIA DE RECOLHIMENTO - A verificação de diferença na base de cálculo ou insuficiência de recolhimento do imposto pela sistemática do SIMPLES constitui infração que autoriza a lavratura do competente auto de infração, para a constituição do crédito tributário.

LANÇAMENTOS DECORRENTES - PIS, CSLL, COFINS, e CSS-INSS - Dada a íntima relação de causa e efeito, aplica-se aos lançamentos reflexos o decidido no principal.

Cientificada da decisão (fls. 215), tempestivamente, a interessada



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

interpôs o recurso voluntário de fls. 216/223, reiterando os argumentos da impugnação,
pedindo a improcedência do lançamento.

Inexistência de bens para fins de arrolamento certificada às fls. 232.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cesar.", is placed over the text above it.

É o Relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "P.", is placed below the text above it.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

V O T O

Conselheiro IRINEU BIANCHI, Relator

Estando presentes os pressupostos de admissibilidade, o recurso voluntário merece ser conhecido.

Exmino cada uma das exigências fiscais.

SUPRIMENTO DE NUMERÁRIO

Segundo a recorrente, a exigência a este título decorre de mera presunção, circunstância insuficiente para autorizar o lançamento.

Ao contrário do que defende a recorrente, a presunção da qual aqui se trata, tem amparo no art. 229 do RIR/1994, que diz:

Art. 229 – Provada, por indícios na escrituração do contribuinte ou qualquer outro elemento de prova, a omissão de receita, a autoridade tributária poderá arbitrá-la com base no valor dos recursos de caixa fornecidos à empresa por administradores, sócios da sociedade não anônima, titular da empresa individual, ou pelo acionista controlador da companhia, se a efetividade da entrega e a origem dos recursos não forem comprovadamente demonstradas.

Segundo a disposição legal, o ônus de provar o efetivo ingresso do numerário no caixa da empresa cabe à própria empresa. Não tendo a recorrente produzido qualquer prova capaz de afastar aquela presunção, mantém-se o lançamento.

DEPÓSITOS BANCÁRIOS NÃO ESCRITURADOS

Com base nos mesmos fundamentos (art. 229, RIR/1994), houve a presunção legal de omissão de receita caracterizada por depósitos bancários não escriturados. Deve-se destacar que a fiscalização considerou, como omissão de



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

receita, apenas o montante dos depósitos que ultrapassaram o montante do faturamento conforme demonstrativos às fls. 141 a 144.

Conforme consta do Relatório Fiscal (fls. 52) a contribuinte deixou à margem de sua escrituração depósitos bancários mantidos em instituições financeiras. Observa-se que essas contas bancárias encontram-se em nome da própria pessoa jurídica.

Também aqui a recorrente argumenta tratar-se de exigência calcada em mera presunção.

O Auto de Infração foi lavrado com supedâneo no art. 287 do RIR/1999, que tem matriz no art. 42 da Lei nº 9.430/96, estabelece:

Art. 287. Caracterizam-se também como omissão de receita os valores creditados em conta de depósito ou de investimento mantida junto à instituição financeira, em relação aos quais o titular, pessoa jurídica, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

Como se vê, trata-se de dispositivo que não permite qualquer outra interpretação. Para os fatos geradores ocorridos a partir de 01/01/1997, o dispositivo legal autoriza a presunção de omissão de rendimentos com base nos valores depositados em conta bancária para os quais o titular dos recursos, regularmente intimado, não comprove, mediante documentação hábil e idônea, a origem dos recursos utilizados nessas operações.

In casu, há que se considerar que as contas estão em nome da própria pessoa jurídica (Relatório da Fiscalização item II – fls. 52), e que eventuais depósitos entre contas foram devidamente considerados e excluídos como se vê no demonstrativo à folha 143.

Por isto, é de ser mantido o lançamento.

PAGAMENTOS NÃO ESCRITURADOS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

Constatada a existência de pagamentos a fornecedores que não foram escriturados, a recorrente foi intimada a comprovar a origem dos recursos utilizados para os referidos pagamentos. Em sua resposta, alegou que os recursos se originavam de um empréstimo, não logrando, contudo, comprovar tal alegação.

Na impugnação, o argumento da recorrente foi no sentido de que tais pagamentos só deveriam ser tributados na hipótese em que, se registrados, resultasse em saldo credor de caixa.

Tratando-se de pagamentos efetuados com recursos estranhos à escrituração, como no presente caso, a legislação determina que tais fatos sejam considerados como omissão de rendimentos (art. 281, II, do RIR/1999):

Art. 281. Caracteriza-se como omissão no registro de receita, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção, a ocorrência das seguintes hipóteses:
(...)
II – a falta de escrituração de pagamentos efetuados.

Como as alegações restaram incomprovadas, também neste particular a exigência deve ser mantida.

DUPLICIDADE DE COBRANÇA DE TRIBUTOS

Sob este título, o argumento da recorrente é no sentido de que, apurada omissão de receita, caracterizada por mais de uma infração, só deveria ser tributada aquela de maior valor.

Equivoca-se a recorrente, uma vez que, caracterizado por diversas infrações, o montante tributável será a soma das parcelas encontradas em cada uma dessas infrações.

A propósito, confira-se:

EMPRÉSTIMO DE SÓCIO, PASSIVO FICTÍCIO E SUPRIMENTO DE CAIXA – Verificada a existência de empréstimos de sócios, suprimento de caixa não comprovados, e, ainda, passivo fictício,



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

o montante tributável, como omissão de receita, será a soma das parcelas encontradas em cada uma das rubricas (1º CC. Ac. 108-06.009, DOU 17.04.2000).

Em sendo assim, também quanto a este item a exigência fiscal deve ser mantida.

DA RECOMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA MENSAL

Alega a recorrente que as receitas declaradas devem ser acrescidas daquelas não escrituradas, com o que, manter-se-ia com faturamento em patamar inferior a R\$ 120.000,00 anuais, caso em que a alíquota seria de 3% para todos os períodos.

Como visto no relatório, a exigência inicial funda-se em infrações relacionadas com omissão de receita caracterizada por receitas escrituradas nos livros fiscais, mas que não haviam sido declaradas, suprimento de numerário, depósitos bancários e pagamentos não escriturados.

Tratando-se de exigência fiscal que se entende procedente, como ocorre até aqui, tem-se que, para apurar o montante da receita bruta anual acumulada, deve-se somar à receita bruta mensal já declarada a receita omitida apurada no auto de infração.

Assim, para obter o montante da receita bruta anual cumulada, é evidente que a receita declarada deverá ser acrescida daquela constatada pela fiscalização. Assim, com base no que foi apurado na ação fiscal, a receita bruta mensal foi recomposta, donde a aplicação da alíquota progressiva, não se vislumbrando qualquer irregularidade.

E, como demonstrado na decisão recorrida em seu Anexo 1, em todos os períodos apurados foi ultrapassado o limite de R\$ 120.000,00 anuais.

Mantém-se, pois, a exigência.

LANÇAMENTOS DECORRENTES



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUINTA CÂMARA

Processo nº. : 11041.000279/2001-51
Acórdão nº. : 105-15.024

Dada a intima relação de causa e efeito, os lançamentos decorrentes recebem o mesmo tratamento dado ao principal.

ISTO POSTO e por tudo o mais que dos autos consta, conheço do recurso voluntário e voto no sentido de NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Sala das Sessões - DF, em 13 de abril de 2005

IRINEU BIANCHI